

03

PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE CONVÍVIO SOCIAL DE CASAIS DE MULHERES COM DIFERENÇA ETÁRIA

DISCURSIVE PRACTICES ON SOCIAL
RELATIONS AMONG FEMALE
COUPLES WITH AGE DIFFERENCES

Rafael De Tilio

Doutor em Ciências - Área de Psicologia (Universidade de São Paulo - USP)

Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

E-mail: rafael.tilio@uftm.edu.br

Maria Vitória Caetano Rodrigues de Almeida

Mestra em Psicologia (Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM)

E-mail: mariavitoriacrr@gmail.com





Resumo

Este estudo investiga as práticas discursivas que regulam o convívio social de casais de mulheres com significativa diferença etária no Brasil. Utilizando a análise do discurso de Michel Foucault, a pesquisa analisa como normas heteronormativas e preconceitos etários atuam como dispositivos de poder, produzindo vigilância, julgamento e tentativas de enquadramento dessas relações. A partir de entrevistas com quatro casais, identificou-se que familiares, amigos e a sociedade em geral mobilizam discursos que oscilam entre a invisibilização, a deslegitimação e a patologização do vínculo. Em resposta, as parceiras desenvolvem estratégias de resistência, cuidado de si e reinvenção subjetiva, transformando o amor em uma prática ética de liberdade que desafia as normas hegemônicas de gênero, sexualidade e temporalidade.

Palavras-chave: Conjugalidade lésbica; Diferença etária; Discurso; Poder; Resistência.

Abstract

This study investigates the discursive practices regulating the social life of female couples with a significant age difference in Brazil. Using Michel Foucault's discourse analysis, the research examines how heteronormative

norms and age-based prejudices act as power devices, producing surveillance, judgment, and attempts to frame these relationships. Based on interviews with four couples, it was found that family, friends, and society in general mobilize discourses that range from invisibility and delegitimization to the pathologization of the bond. In response, the partners develop strategies of resistance, self-care, and subjective reinvention, transforming love into an ethical practice of freedom that challenges hegemonic norms of gender, sexuality, and temporality.

Keywords: Lesbian conjugality; Age difference; Discourse; Power; Resistance

A conjugalidade entre mulheres no Brasil é marcada por atravessamentos históricos, políticos e culturais que incidem diretamente sobre a legitimidade desses vínculos. A heteronormatividade, regime que organiza os modos considerados legítimos de se relacionar, estabelece padrões específicos de família e de afeto com base na complementaridade binária entre homem e mulher (Butler, 2003). Assim, mesmo diante dos avanços legais e das conquistas políticas dos movimentos LGBTQIAPN+, permanece disseminada a ideia de que a “família de verdade” é a do casal heterossexual e biologicamente reprodutivo.

Por muito tempo, os afetos e os vínculos afetivo-sexuais entre mulheres foram silenciados, mantidos em espaços privados e não considerados como família (Louro, 2018). Mesmo após avanços legais e políticos significativos no reconhecimento dos direitos de casais homoafetivos, como o reconhecimento da união estável e do casamento civil no Supremo Tribunal Federal em 2011, os relacionamentos entre mulheres continuam a ser atravessados por olhares reguladores, práticas de julgamento e discursos que disciplinam formas de ser, amar e viver (Brasil, 2011).

Nesse contexto, o convívio social se configura como um espaço privilegiado de produção e circulação de discursos normativos. As interações com familiares, amigos e desconhecidos não são apenas encontros interpessoais, mas atravessamentos de saberes e poderes (Foucault, 1979). O “olhar do outro” atua como um dispositivo de poder que regula comportamentos, corpos e afetos, inscrevendo as relações sáficas em um campo de permanente vigilância (Louro, 1999). A idade, assim como o gênero e a sexualidade, figura como um marcador de diferença que organiza expectativas, posições e hierarquias (Butler, 2003). Quando esses marcadores se combinam, produzem o que Lauretis (1994) denomina tecnologias de gênero: mecanismos discursivos que produzem e delimitam os modos legítimos de existência dos sujeitos.

Foucault (2014) propõe que o poder não se manifesta apenas em formas de coerção, mas se infiltra nas práticas cotidianas, nas expectativas sociais e nos regimes de verdade que orientam as condutas dos sujeitos. No caso das mulheres que se relacionam com outras mulheres, especialmente quando há uma diferença etária marcante, esse poder assume feições sutis, mas persistentes. O julgamento social se expressa por meio de perguntas implícitas, comentários disfarçados e olhares insinuantes. São discursos que reafirmam o que é considerado normal e desviam o que foge à norma, reforçando as fronteiras entre o aceitável e o abjeto (Butler, 2003; Foucault, 1979).

Essas relações, portanto, são atravessadas por dispositivos que buscam disciplinar tanto o corpo envelhecido quanto o corpo jovem, cada um associado a expectativas distintas: da mulher mais velha espera-se recato e dessexualização; da mais jovem, inexperiência e docilidade. Quando esses corpos se unem, o casal passa a ocupar um espaço de ambiguidade que desafia as representações hegemônicas sobre amor, desejo e temporalidade. A diferença de idade torna-se, assim, mais do que um dado biográfico: é um marcador discursivo que produz efeitos de verdade sobre quem ama e como se ama.

No campo da sexualidade, Foucault (2006) demonstra que os discursos científicos, religiosos e jurídicos operaram

no sentido de controlar os corpos e os prazeres, tornando determinadas formas de amar mais legítimas do que outras. Assim, as conjugalidades sáficas e com acentuada diferença etária podem ser compreendidas como práticas dissidentes. Ao mesmo tempo, tais conjugalidades podem operar como espaços de criação de subjetividades e exercício ético da liberdade — entendida em Foucault (1987) não como ausência de poder, mas como prática reflexiva frente às normas constitutivas. Nesse sentido, a relação afetiva torna-se também lugar de afirmação e construção de novos modos de existir no mundo.

Relacionamentos entre mulheres desafiam a ordem normativa tanto no plano do desejo quanto no da organização familiar e social. Estudos antropológicos e sociológicos apontam que, apesar de crescentes, tais conjugalidades ainda sofrem a invisibilização, controle e estigmatização (Louro, 2018). Quando a diferença de idade se apresenta como elemento constitutivo da conjugalidade, soma-se mais uma camada de significações que tenciona expectativas sobre o amor, ciclos de vida e papéis atribuídos às mulheres (Silva; Azevedo, 2025). A sociedade costuma atribuir às mulheres uma sexualidade regulada a partir da maternidade, da juventude, do corpo desejável e do cuidado com o outro (Louro, 2018). Nesse imaginário, mulheres mais velhas são frequentemente percebidas como fora do

“tempo do desejo”, enquanto mulheres mais jovens são infantilizadas. Assim, quando duas mulheres com idades significativamente distintas formam um casal, ativam-se discursos que oscilam entre a erotização e a deslegitimação do vínculo, produzindo suspeitas sobre autenticidade, benefícios materiais, dominação ou dependência afetiva (Silva; Azevedo, 2025).

Esses discursos operam como ferramentas de controle, produzindo o que Foucault (1999) denomina “economia política dos corpos e dos prazeres”. Ao regular quem pode amar quem, de que forma e com qual propósito, os discursos delimitam fronteiras entre o aceitável e o intolerável. A conjugalidade entre mulheres com significativa diferença etária torna-se, portanto, um objeto privilegiado para se observar as estratégias de poder que atravessam relações íntimas. Há, de um lado, tentativas de enquadramento dessas experiências nas normas convencionais (rotulações como “amizade”, “mentoria” ou “curiosidade”, que negam o caráter amoroso e sexual do vínculo) e, de outro lado, há processos de resistências (essas mulheres afirmam seus afetos e produzem novos modos de vida, desestabilizando os regimes de verdade que sustentam a heterossexualidade) (Butler, 2003).

No entanto, é importante destacar que os discursos normativos não se manifestam apenas em instâncias

institucionalizadas: eles se fazem presentes nas interações cotidianas, nos comentários de familiares, nos olhares de desconhecidos e nas interpretações que circulam em grupos de sociabilidade. O convívio social, assim, pode representar tanto espaço de acolhimento quanto espaço de controle e sofrimento. Famílias que acolhem a relação podem fornecer suporte emocional e legitimação; em outros casos, podem atuar como instância de vigilância, desqualificação e injúria, mobilizando discursos religiosos, biomédicos ou morais para deslegitimar o casal (Foucault, 2006).

O Estado brasileiro, ainda que tenha avançado no reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas em 2011, não garante, por si só, a transformação dos sentidos sobre a legitimidade dessas conjugalidades (Brasil, 2011). As normatividades de gênero e sexualidade se mantêm sustentadas por uma complexa malha de discursos e práticas que ultrapassam o campo legal. Assim, mesmo casais que exercem plenamente seus direitos podem enfrentar barreiras para que sua relação seja reconhecida como “real” ou “digna”. O afeto entre mulheres permanece, muitas vezes, confinado aos espaços privados, enquanto expressões públicas de carinho são percebidas como inadequadas.

Compreender as conjugalidades lésbicas com diferenças etárias acentuadas a partir da análise do discurso foucaultiano permite observar como normas e práticas

sociais operam na constituição dos sujeitos e das relações. Os discursos não são meros reflexos da realidade; eles produzem realidades, instituem papéis e posicionamentos, regulam afetos e corpos, definem o que é ou não inteligível (Foucault, 2014). O discurso é também espaço de disputa e transformação: ao narrar suas experiências, essas mulheres enunciam outras possibilidades de vida (Louro, 2018).

Assim, este artigo busca analisar discursos que incidem sobre casais de mulheres com diferença etária significativa, destacando como tais discursos influenciam o cotidiano dessas relações e os modos pelos quais as parceiras negociam, resistem ou reproduzem expectativas normativas.

Aspectos metodológicos

A presente pesquisa insere-se no campo dos estudos qualitativos e tem como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso de Michel Foucault, em especial suas formulações acerca das relações entre saber, poder e subjetivação (Foucault, 2014). Parte-se do pressuposto de que os discursos não são simples meios de expressão das experiências individuais, mas práticas sociais que produzem significados, instituem verdades e configuram modos de ser e de se relacionar. Ao analisar os enunciados das participantes, busca-se compreender como se articulam as redes de poder que atravessam as conjugalidades entre

mulheres com significativa diferença etária e, especificamente, os efeitos dos discursos sobre gênero, sexualidade e idade nas experiências conjugais entre mulheres e a maneira como moldam suas interações.

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, cuja abordagem qualitativa visa à compreensão das experiências e sentidos atribuídos pelas participantes aos seus vínculos afetivos e às formas de reconhecimento (ou de negação) dessas relações. As conjugalidades consideradas dissidentes e as experiências afetivas entre mulheres, especialmente quando envolvem acentuadas desigualdades etárias, são fenômenos que demandam escuta atenta, contextualização histórica e leitura interpretativa. Assim, tal abordagem permite captar nuances, contradições e silêncios que compõem os discursos das participantes (Minayo, 2006).

Participaram da pesquisa quatro casais de mulheres que mantêm relacionamentos afetivo-sexuais com diferença de idade igual ou superior a dez anos. Elas foram entrevistadas individualmente, totalizando oito entrevistas. Todas se autodeclararam mulheres cisgênero e mantêm relacionamentos estáveis há, pelo menos, um ano e com idades variadas entre 21 e 46 anos.

A seleção das participantes ocorreu por meio da estratégia de amostragem em bola de neve (*snowball sampling*),

amplamente utilizada em pesquisas qualitativas com grupos minoritários ou de difícil acesso (Vinuto, 2014). Inicialmente, foi contatada uma participante-chave, a partir da qual outras foram indicadas sucessivamente, favorecendo o acesso a casais que compartilham experiências semelhantes, respeitando a voluntariedade e o anonimato.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas de forma individual, em ambiente virtual, via videoconferência, e foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas de modo a preservar a oralidade e o sentido original das falas, sempre após participantes assinarem Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para tanto, um roteiro foi previamente estruturado, contendo eixos temáticos relativos à: trajetória de vida e início do relacionamento; percepção sobre a diferença etária; vivências no cotidiano conjugal; reações e percepções de familiares, amigos e colegas; experiências de aceitação, rejeição ou invisibilidade social; estratégias de enfrentamento e resistência.

A delimitação do número de casais se deu pelo critério de saturação de dados (Fontanella; Ricas, Turato, 2008), ou seja, as entrevistas foram interrompidas quando passaram a apresentar recorrência temática suficiente para atender aos objetivos do estudo. Faz-se importante ressaltar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sob o parecer número **6.943.231** e CAAE **78465824.6.0000.5154**.

Resultados e Análise dos dados

As transcrições das entrevistas foram realizadas preservando pausas, hesitações e entonações consideradas relevantes para a análise discursiva. Em seguida, realizou-se uma leitura exploratória de todo o material, ainda sem a intenção de identificar categorias ou regularidades, mas com o propósito de se aproximar dos discursos e reconhecer temas que surgiam espontaneamente. Na sequência, procedeu-se à elaboração de uma breve caracterização das participantes, de modo a oferecer um panorama sobre o grupo entrevistado. Entre as mulheres mais jovens, as idades situam-se entre 21 e 36 anos, enquanto as mais velhas tinham entre 43 e 46 anos, configurando, portanto, casais em diferentes momentos geracionais.

O grupo de entrevistadas é composto pelos seguintes casais: Violeta (45 anos) e Jasmim (21 anos); Íris (46 anos) e Gardênia (36 anos); Magnólia (43 anos) e Tulipa (28 anos); e Azaleia (43 anos) e Bromélia (23 anos).

Quanto à orientação sexual, sete participantes se auto-definiram homossexuais e uma bissexual, o que demonstra a predominância de mulheres que se reconhecem como lésbicas e reafirma o enfoque do estudo nas experiências

homoafetivas entre mulheres. No campo profissional, observou-se diversidade nas trajetórias e ocupações, abrangendo desde profissões de nível superior até atividades autônomas e funções administrativas, além de uma participante sem ocupação remunerada no momento da coleta de dados. Essa heterogeneidade indica múltiplos percursos de inserção no trabalho e reflete distintas condições sociais entre as entrevistadas. Em relação à raça/cor, a maioria se autodeclarou branca, duas como pardas e uma como preta, apontando para a predominância de mulheres brancas no grupo. No tocante à religião, metade das participantes afirmou professar o catolicismo, enquanto 37,5% identificaram-se como espíritas e 12,5% declararam não seguir nenhuma religião. Essa distribuição demonstra a presença expressiva do catolicismo e do espiritismo, reiterando a relevância da religiosidade como componente da identidade social e cultural das participantes.

Em relação à renda mensal, verificou-se maior concentração na faixa de R\$3.400,00 a R\$5.100,00, que abrange quatro das oito participantes. As demais apresentaram rendimentos entre R\$0,00 e R\$8.500,00. Tais valores indicam uma predominância de condições associadas às classes médias, ainda que com variações que refletem desigualdades econômicas no conjunto pesquisado. No que concerne à escolaridade, identificou-se uma participante com ensino

fundamental completo, uma com formação técnica, uma com ensino superior incompleto, uma com titulação de mestrado e quatro com ensino superior completo. Nota-se, portanto, a predominância de mulheres com elevado nível de escolarização, o que indica um conjunto de trajetórias marcadas pelo acesso à educação formal.

Este estudo fundamenta-se na análise do discurso de Michel Foucault, compreendendo o discurso como prática social produtora de sentidos, sujeitos e relações. O discurso é tomado aqui em sua dimensão histórica e política, como campo de disputa em que se estabelecem verdades, se organizam saberes e se exercem formas de poder. Compreender os modos como as participantes narram suas experiências afetivas e sociais implica identificar as condições discursivas que tornam possíveis certas falas e silenciam outras.

A análise buscou evidenciar os regimes de verdade que atravessam as conjugalidades sáficas com marcador geracional, destacando como as participantes se posicionam diante das normas que definem o amor, o gênero e a diferença de idade. Essa abordagem permite deslocar o olhar da simples descrição das experiências para a investigação dos mecanismos de poder presentes nos discursos que produzem realidades e não apenas as refletem.

Em consonância com essa perspectiva, a presente análise foi estruturada em eixos temáticos com o intuito de abordar

de forma organizada os principais padrões discursivos identificados nas entrevistas. Tais eixos foram construídos a partir das regularidades discursivas observadas nas falas das participantes, ou seja, de sentidos recorrentes que se repetiam ou se articulavam de maneira consistente no *corpus*. Portanto, cada eixo reúne fragmentos de sentidos que se articulam em torno de problematizações comuns, possibilitando uma leitura aprofundada das práticas discursivas que atravessam o convívio, a afetividade e as relações de poder nas conjugalidades entre mulheres com diferença etária significativa.

Eixo 1 – O olhar familiar e as fronteiras da legitimidade

As famílias constituem uma das principais instâncias de produção e circulação dos discursos sobre gênero, sexualidade e normalidade. No campo das conjugalidades dissidentes, elas frequentemente se apresentam como o primeiro espaço de vigilância, no qual as normas são internalizadas e reproduzidas sob a forma de amor, cuidado ou preocupação. Foucault (1979) compreende a família moderna como parte do dispositivo da sexualidade, uma rede de saberes e poderes que regula o corpo e o prazer, definindo o que é legítimo amar e de que modo se deve viver esse amor. Nesse sentido, a reação familiar diante de um

relacionamento entre mulheres com diferença acentuada de idade se insere em um contexto de biopolítica afetiva, em que o discurso sobre “o que é melhor” ou “mais adequado” funciona como tecnologia de controle. Como observa Louro (1999), a família desempenha um papel pedagógico central na normatização dos corpos e desejos, naturalizando o modelo heterossexual. Assim, compreender as atribuições de sentidos sobre as narrativas dos familiares sobre essas relações é compreender também os modos pelos quais o poder se infiltra nas práticas cotidianas, determinando quem pode ser reconhecido como sujeito de amor e quem permanece nas margens da inteligibilidade social.

No caso de Violeta e Jasmim, o espaço familiar surge como o primeiro campo de vigilância e regulação da conjugalidade sáfica intergeracional. Suas narrativas revelam como as famílias operam dispositivos de poder que tentam enquadrar o amor entre mulheres nos limites da heteronormatividade e da temporalidade normativa do afeto (Foucault, 1979; Louro, 1999).

A história de Jasmim é marcada pela proibição e pelo controle direto da mãe, que reagiu com moralização e coerção ao descobrir o relacionamento. “Quando eu voltei pra casa, eu era proibida de tudo... Eu não podia falar com ela dentro de casa. Eu não podia... nem mensagem, eu não podia.” Essa interdição foi justificada como respeito às

“regras da casa”, mas operava como forma de poder, em que a figura materna assume o papel de guia moral da filha. “Me tratou como criança naquele momento, mas mesmo assim, como eu tava na casa dela, eu tinha que respeitar. É minha mãe, né?”, relata Jasmim. Esse discurso de “cuidado” é, na verdade, uma tecnologia de poder que busca conduzir o comportamento, reiterando o papel da família como instância disciplinadora da sexualidade (Foucault, 1988).

Ao tentar romper o controle, Jasmim encontrou brechas para resistir: “Eu ia pra minha garagem, ficava lá no frio... a gente fazia ligação de vídeo... mas aí dava 00h em ponto e minha mãe me mandava mensagem ‘oh, entra!’” Mesmo vigiada, ela manteve contato com Violeta e, em seguida, decidiu mudar-se: “Minha mãe não sabia que eu ia morar aqui... Eu vim decidida pra morar.” A mudança é um gesto de subjetivação, uma forma de expressão do sujeito que se constitui fora das normas que o tentam aprisionar.

Já Violeta, que se assumiu lésbica apenas na vida adulta, enfrentou outra forma de controle: o silenciamento. Suas irmãs reagiram com indiferença, “fingiam que eu nunca tinha contado nada, sabe? Aquela coisa assim, venda nos olhos, não sei de nada.” Esse “não ouvir” é uma forma de invisibilização, estratégia típica do regime heteronormativo que nega reconhecimento para preservar a aparência de normalidade (Louro, 2016). Diante disso, Violeta escolheu

a discrição: “Sempre fui muito discreta... pensava, se um dia eu encontrar alguém, aí sim vai ser o momento de eu revelar pra minha família.”

Quando finalmente decidiu se afirmar, enfrentou a resistência das irmãs, que a tratavam como se estivesse em “fase”: “Eu falei, viu, vocês fingem que eu nunca contei nada... não adianta vocês fazerem comentário ‘ah, tinha que se casar com homem’, não vai ter, não existe.” Essa fala revela um ato de *parrhesia* (franqueza), em que o sujeito rompe o silêncio e reivindica a própria verdade, aquilo que Foucault (2014) descreve como resistência discursiva ao poder. Nesse gesto, Violeta transforma o “não dito” familiar em fala política, questionando o regime de verdade que define o amor legítimo.

A diferença etária entre elas introduz uma nova camada de tensão. Violeta comenta que “a questão da família lá é mais por conta de eu ser mulher do que ser mais velha... mas as minhas irmãs têm receio de eu estar me envolvendo com uma pessoa tão mais nova.” Esse “receio” reflete a aceitação condicional: a relação é tolerada, desde que não desafie demasiadamente os limites simbólicos da maturidade e do gênero. Uma das irmãs adverte: “São cabeças muito diferentes... a gente tem medo que você se machuque.” Assim, mesmo sob o discurso de afeto, persiste o julgamento que associa diferença de idade a risco e desequilíbrio — eco da biopolítica que regula os corpos e as relações (Foucault, 1979).

Em síntese, o olhar das famílias sobre Violeta e Jasmim articula moralização, silenciamento e vigilância, mas também provoca resistências discursivas e práticas de cuidado de si. A repressão inicial cede espaço, ainda que lentamente, à negociação e à reconfiguração dos vínculos.

Nas narrativas de Íris e Gardênia, o olhar da família aparece como um campo de tensões que atravessa tanto o reconhecimento do vínculo afetivo quanto a forma como cada uma elabora sua própria experiência de existência dissidente. As falas revelam um conjunto de discursos, instituições e práticas que regulam os modos de viver o prazer e o amor. Nesse contexto, a família se apresenta como uma instância de vigilância e de reprodução de normas.

Íris descreve de forma contundente a resistência materna diante da relação com uma mulher mais jovem. A mãe, marcada por valores tradicionais e pela preocupação com o “que os outros vão dizer”, se torna uma figura que encarna o discurso moral e normativo: “Eu falei, ‘mãe, eu tô junto com ela já vai fazer 2 anos, e a senhora ainda não entendeu.’ Aí ela falou assim: ‘eu vou só esperar. Aí você quebra a sua cara, porque essa menina aí não vai te dar valor. Essa menina é nova, essa menina é estudada, essa menina é isso.’”

O uso reiterado do termo “menina” carrega um tom de desqualificação, que funciona como marcador geracional e

moral. A diferença de idade é convertida em argumento de desconfiança e de hierarquização. Nesse gesto, a mãe reafirma um regime de verdade no qual a maturidade feminina é incompatível com o desejo por mulheres mais jovens – um tipo de discurso que, conforme Foucault (2014), participa das estratégias de normalização do corpo e da sexualidade.

Além do olhar materno, a hostilidade se estende à família de Gardênia. Íris relata que o pai e a avó da companheira reagiam com silêncio e desprezo: “A avó... quando eu passava, a [avó de Gardênia] virava a cara, pegava a vassourinha dela e ia varrer lá pro outro lado pra não olhar pra mim. [...] O pai dela também entrou num parafuso louco lá, ela ia almoçar lá e voltava chorando nos domingos.”

Esse gesto cotidiano – o desvio do olhar, o corpo que se move para “não ver” – opera como uma forma de exclusão. Em termos foucaultianos, trata-se de um mecanismo de sujeição pelo olhar, em que o sujeito se vê marcado como o “impróprio”, o “anormal”, aquele cuja existência rompe com as normas da heterossexualidade e da moral familiar.

Por outro lado, Gardênia vivencia outras formas de enfrentamento familiar. Ela menciona o incômodo da irmã de Íris com o fato de não desejar filhos: “Isso foi um desafio, e uma outra questão das pessoas entenderem que eu não queria ter filhos, principalmente a irmã dela. Ela não admitia isso, falava que isso era só um passatempo, que a

hora que eu amadurecesse, a gente ia se separar porque eu ia querer ter filhos e constituir uma outra família.”

A maternidade, nesse contexto, aparece como um dispositivo de gênero (Louro, 1997), isto é, como um campo de expectativas que define o que é ser mulher legítima. Ao rejeitar a maternidade compulsória, Gardênia desafia o binarismo que associa o feminino à reprodução biológica, abrindo espaço para pensar o amor lésbico como experiência fora do “modelo familiar reprodutivo”. A resistência, aqui, não é apenas individual, mas discursiva: ela se inscreve contra a norma.

Em síntese, as falas de Íris e Gardênia revelam que a família opera simultaneamente como dispositivo de controle e lugar de resistência. O olhar reprovador, as falas que infantilizam e o silêncio do entorno constituem práticas discursivas que produzem sujeição. No entanto, ao se manterem juntas e afirmarem suas escolhas, as participantes também produzem contradiscursos.

No relato de Magnólia e Tulipa, o núcleo familiar aparece como um dos espaços mais complexos e significativos de produção de discursos sobre legitimidade, moralidade e afeto. As falas de ambas revelam o modo como as famílias, especialmente de Tulipa, operam como instâncias de controle simbólico, mobilizando discursos de cuidado e de

proteção que, sob o olhar foucaultiano, se configuram como expressões do poder (Foucault, 1988).

Tulipa narra que a reação inicial da mãe ao relacionamento foi marcada por uma combinação de surpresa e resistência. Em suas palavras: “Minha mãe ficou meio assim, sabe? Ela não falou nada no primeiro momento, mas dava pra perceber que não gostou. Ficou em silêncio, mas aquele silêncio pesado, de quem está pensando mil coisas.”

O silêncio materno, mais do que a ausência de fala, constitui uma prática discursiva. Foucault (1979) lembra que o poder não se manifesta apenas por meio da proibição ou do discurso explícito, mas também pelos não-ditos, pelas pausas e pelas omissões que organizam o campo do que pode ser dito. O “silêncio pesado” descrito por Tulipa opera como uma forma de desaprovação não verbalizada, que tenta enquadrar o relacionamento dentro das fronteiras do que é considerado aceitável.

Com o tempo, Tulipa relata que a mãe passou a expressar diretamente sua preocupação, relacionando-a à diferença de idade entre as parceiras: “Ela disse que eu devia pensar melhor, que é muita diferença, que depois eu poderia me arrepender, que é outra fase de vida. Ela não foi agressiva, mas foi firme.”

A advertência da mãe é uma forma de regulação moral, sustentada em discursos de temporalidade e maturidade. A diferença de idade é interpretada como um risco, como se o amor entre duas mulheres de gerações distintas fosse instável ou assimétrico. Como observa Louro (2018), as normas de gênero e sexualidade se entrelaçam às normas de tempo: espera-se que o amor siga uma linearidade — juventude, casamento, filhos, estabilidade — e qualquer desvio é lido como ameaça à ordem.

Magnólia, por outro lado, relata que sua família adotou uma postura de aceitação mais tranquila, ainda que permeada por certo desconforto. “Na minha família ninguém falou nada contra, mas eu sentia que evitavam comentar. Nunca perguntaram nada sobre ela, sobre como a gente estava, como se fosse um assunto que não existia.”

Esse “não comentar” evidencia o funcionamento do que Foucault (1979) aponta como dispositivo da sexualidade. O silêncio se torna, assim, um modo de disciplinar a visibilidade. O que não se fala (aparentemente) não existe e, portanto, não precisa ser reconhecido. Tulipa, por sua vez, reconhece que o tempo e a convivência contribuíram para uma aceitação gradual da relação por parte da mãe: “Hoje ela já fala mais normal, pergunta dela, pergunta se tá tudo bem. Acho que percebeu que é sério. Que não é fase.”

Aqui, o tempo aparece novamente como operador discursivo de legitimidade. O prolongamento da relação serve para desestabilizar o regime de verdade que associa o amor entre mulheres à transitoriedade ou à confusão. A permanência, nesse caso, é prova. Como aponta Butler (2003), a norma pode ser ressignificada a partir da repetição: ao reiterar o vínculo, Tulipa e Magnólia produzem novos significados para o amor e para a temporalidade.

Nas narrativas de Azaleia e Bromélia, o tema da família aparece como um campo de afetos ambíguos, marcado simultaneamente por ausência, aprendizado e resistência, evidenciando como o laço familiar, mais do que espaço de acolhimento, configura-se como território de disputas simbólicas e de produção de subjetividades. O discurso sobre família surge como instância de normatização, operando por meio daquilo que Foucault (1979) denomina micropoderes, que moldam comportamentos, silenciamentos e afetos dentro do cotidiano. Bromélia fala de uma história marcada pela falta de apoio e pertencimento: “Tipo, eles não ligavam pra mim.”; “Tipo, assim, de não ter apoio de família desde pequena.”

Essas falas revelam que o sentimento de abandono não é apenas individual, mas está imerso em uma lógica de não reconhecimento. A ausência de apoio familiar, reiterada por Bromélia, reflete o que Foucault (2008) descreve como

efeito do poder pastoral moderno, que promete cuidado, mas o distribui de modo seletivo, segundo as normas do que é considerado moralmente legítimo. Nessa perspectiva, o sujeito que escapa à norma, seja pela orientação sexual, pela diferença de idade ou pelo modo de amar, é frequentemente deixado à margem das redes de afeto.

Entretanto, a convivência com Azaleia se torna, para Bromélia, um espaço de aprendizado do pertencimento. Ela afirma: “Eu já aprendi com ela que a família dela é mais acolhedora. Então, tipo, assim, foi uma das coisas que me ensinou muito. Porque eu era muito largada., ela já é mais família. Então, assim, meio que fica meio a meio, sabe? Aí ela me ensinou a já ser mais família.”

Esses enunciados mostram que a relação afetiva entre elas opera também como prática de resistência, no sentido proposto por Louro (2016): o amor e a convivência tornam-se espaços de aprendizado que desafiam as pedagogias normativas da família tradicional. Ao afirmar que “aprendeu a ser mais família”, Bromélia desloca o conceito de família de um núcleo biológico para uma construção ética e afetiva. Nesse movimento, ela inscreve o pertencimento em outra gramática — uma que é feita de escolha, reciprocidade e cuidado.

Por outro lado, as falas de Azaleia expressam uma relação mais distanciada e autônoma em relação à família de origem: “É eu e ela.”; “Eu não converso com a minha

família sobre isso, não converso com um amigo sobre isso, não, é eu e ela.”; “Não gosto também, eu particularmente não gosto. Ela é mais fechada ainda, também não gosta de conversar sobre essas coisas, sobre a gente. Pros outros eu não gosto, não.”

Aqui, o silêncio surge como forma de autoproteção e também como gesto ético de autogoverno. Foucault (2014) entende que o silêncio não é apenas ausência de discurso, mas uma prática discursiva: uma escolha estratégica diante das forças de controle. O “é eu e ela” de Azaleia sintetiza uma ética da autonomia — o ato de retirar do olhar familiar e social o poder de interferir na dinâmica do casal

Eixo 2 – Entre amigos e sociedade: o olhar público e a vigilância difusa

O convívio social, nas suas múltiplas dimensões como amigos, colegas, vizinhos, redes sociais, constitui um espaço privilegiado para a observação das micropráticas de poder que moldam as experiências afetivas dissidentes. Foucault (1987) descreve o poder disciplinar moderno como difuso e capilar: não concentrado em uma única autoridade, mas disseminado por meio dos olhares, comentários e expectativas que estruturam a vida cotidiana.

No caso das conjugalidades sáficas com diferenças de idade acentuadas, esse poder manifesta-se em gestos sutis:

o olhar que interroga, a curiosidade disfarçada, o riso que demarca o estranho. Como aponta Miskolci (2012), as normas de gênero e sexualidade são continuamente reafirmadas na convivência social, produzindo o que ele chama de regimes de visibilidade: mecanismos que tornam algumas formas de amor legítimas e outras, desviantes. Butler (2003) complementa essa discussão ao afirmar que a inteligibilidade dos corpos e dos afetos é sempre resultado de um campo de forças discursivas, no qual a diferença precisa constantemente se justificar ou se esconder. Assim, investigar o escrutínio público e as sociabilidades dessas mulheres significa compreender como os dispositivos de poder se reconfiguram fora da esfera doméstica, operando na trama das relações sociais e nas tecnologias contemporâneas de visibilidade.

Ao expandir os interesses para além do núcleo familiar, as experiências de Violeta e Jasmim evidenciam a presença de uma vigilância difusa, uma forma de controle e julgamento que se manifesta nos espaços de convivência, nas amizades, nos ambientes de trabalho e nas redes sociais. Como destaca Foucault (1987), a sociedade moderna não depende apenas de instituições repressoras, mas de uma rede de vigilância e discursos que fazem os sujeitos se autopolicar, moldando seus comportamentos e afetos.

Violeta descreve um processo de autoafirmação gradual no ambiente de trabalho: ao decidir “pras pessoas novas que vierem na minha vida, eu já vou chegar assumida já”, ao mesmo tempo, ela reconhece a necessidade de dosar o grau de visibilidade: “pras pessoas do meu antigo convívio, eu vou abordando devagar”, afirmando que “sempre fui muito discreta” e que “não tem porque agora sair falando, sendo que na minha vida não vai nada mudar”. Essas falas revelam uma tensão entre visibilidade e proteção: ao mesmo tempo em que deseja viver plenamente sua identidade, ela percebe o risco de ser exposta demais — uma forma de *autocensura* que opera sob o olhar disciplinar (Foucault, 1987).

Em outro momento, Violeta narra uma experiência de constrangimento público em seu trabalho: “a gente foi pro banheiro [...] e nos viram e nos olharam [...] expuseram a gente. Acabou sendo uma situação muito constrangedora. Extremamente constrangedora. Levamos um pito, as duas”. O episódio evidencia o quanto o amor entre mulheres é rapidamente capturado pelo olhar moralizante. O olhar da zeladora, do síndico e do chefe constitui uma tríade panóptica — aquilo que Foucault (1987) descreve como a microfísica do poder, em que o controle é exercido por meio da observação e da exposição. O gesto íntimo é transformado em transgressão pública, exigindo delas um pedido de desculpas e a reafirmação de uma “postura adequada”.

Esse acontecimento revela como a norma heterossexual regula os espaços. Para Louro (2018), a heteronormatividade não se sustenta apenas em discursos religiosos ou familiares, mas na administração cotidiana dos corpos: no que é “adequado”, “discreto” ou “aceitável”. Assim, o episódio vivido por Violeta não é apenas um conto pessoal, mas o revelador de um regime de visibilidade que transforma o afeto entre mulheres em algo constantemente vigiado e corrigido.

Jasmim, por sua vez, expressa uma experiência de vigilância menos institucional, mas igualmente disciplinadora. Ao falar das reações de amigas, relata: “Uma amiga minha disse: ‘eu não acho que você deveria ir ver ela não, porque ela é mais velha do que você. Você não sabe a conduta. Você não sabe a história.’”. A fala da amiga, embora travestida de conselho, carrega um julgamento moral e etarista, em que o amor entre uma mulher jovem e outra mais velha é enquadrado como potencialmente perigoso. Esse discurso traduz o funcionamento do poder pastoral — uma forma de cuidado que, sob a aparência de zelo, regula a conduta e a moral do outro (Foucault, 1988).

Além das interações presenciais, Jasmim relata o impacto da exposição virtual: “Quando eu falo nas lives as pessoas falam ‘Ela é sua mãe?’, ‘parece sua avó’. De maneiras muito desrespeitosas. [...] Tem gente que vem nas lives pra falar mal, querer maldizer.”. Nesse espaço digital, a

vigilância assume caráter difuso e anônimo, expressando aquilo que Butler (2003) denomina regulação discursiva dos corpos — a constante nomeação e classificação que define o que é inteligível como amor. Ao mesmo tempo, Jasmim responde a esses ataques com resistência: “Eu sou muito bocuda, então não deixo passar. Eu vou e retruco.”

É interessante notar como ambas, cada uma à sua maneira, desenvolvem estratégias de gerenciamento da visibilidade. Violeta aposta na discrição e na seletividade do discurso (uma resistência silenciosa), enquanto Jasmim confronta o olhar público com humor e enfrentamento, exercendo a resistência como poder de enfrentamento e desestabilizando o regime de verdade que define o que é amor legítimo e o que é desvio (Foucault, 2014).

Nas redes de amizade, no trabalho e nas interações sociais, o que se revela é a força das normas de inteligibilidade (Butler, 2003) que tentam determinar quem pode amar quem e sob quais condições. O olhar público não é apenas o olhar dos outros, mas o olhar social internalizado, que leva as próprias mulheres a regularem o quanto de si podem mostrar. No entanto, mesmo sob vigilância, elas criam espaços de liberdade como quando Jasmim afirma que “a gente tenta nunca esconder. A gente tenta não dar muita bola. Mas às vezes não tem como”. É nesse movimento

entre visibilidade e resistência que se desenha a potência ética do amor entre mulheres.

Neste caso, amigos, colegas e espectadores virtuais mobilizam discursos de moralidade, curiosidade e julgamento, mas também possibilitam — paradoxalmente — a emergência de novos modos de existência. Sob o olhar difuso do poder, Violeta e Jasmim se produzem como sujeitas de discurso, afirmando, nas brechas da norma, a legitimidade de um amor que insiste em existir.

As narrativas de Íris e Gardênia revelam que o convívio social se configura como um território permeado por olhares, julgamentos e tentativas de normatização. As falas indicam que o preconceito raramente se manifesta de forma explícita, mas aparece sob a forma de sutilezas, silêncios e olhares que buscam regular o que é designado como aceitável. Como propõe Foucault (1987), o poder disciplinar atua por meio da vigilância difusa, espalhada nas relações cotidianas, nas quais cada sujeito é, ao mesmo tempo, observado e observador.

Íris relata que, fora da família, as reações ao relacionamento são diversas, mas o que mais lhe chama a atenção é a curiosidade disfarçada em comentários banais: “Teve gente que falou: ‘Nossa, mas ela é novinha, né?’. E eu falei: ‘É, mas não é por isso que ela é menos mulher’.”

A fala evidencia o modo como a diferença etária é transformada em marcador discursivo de desvio. O comentário aparentemente inofensivo carrega a suposição de que a juventude de Gardênia fragiliza a legitimidade da relação. Como observa Louro (1999), a diferença entre o “esperado” e o “vivido” ativa a curiosidade social que, ao se enunciar como neutralidade, reafirma o padrão heteronormativo.

Essa vigilância cotidiana também é descrita por Gardênia, ao narrar o incômodo causado pelos olhares em espaços públicos: “A gente vai pra algum lugar e as pessoas ficam olhando, tipo, tentando entender qual é a relação. [...] Eu já percebi que ficam cochichando, sabe? Não é uma coisa que me ofende, mas dá pra sentir.”

A visibilidade, que em um contexto heterossexual seria trivial, torna-se campo de vigilância para casais sáficos. O corpo feminino em relacionamento com outro corpo feminino é lido como espetáculo, como algo que precisa ser decifrado. Assim, as duas mulheres se veem forçadas a gerenciar sua presença no espaço público, calibrando gestos e afetos para evitar a exposição. Trata-se de um processo de autocontrole induzido pelo olhar do outro, característica essencial da disciplina moderna.

De modo geral, as experiências de Íris e Gardênia exemplificam como o convívio social funciona como rede de micropoderes que, ao mesmo tempo em que tenta vigiar

e normatizar, oferece oportunidades de resistência e reinvenção. O olhar público, longe de ser neutro, produz os contornos do que é visível e legítimo, mas também convoca essas mulheres a afirmarem, cotidianamente, o direito de existir fora do padrão heteronormativo.

Sobre a experiência de Magnólia e Tulipa a respeito do convívio social com amigos e conhecidos, ambas relataram não ter vivenciado dificuldades de aceitação, reiterando que possuem um círculo social pequeno e que não costumam frequentar muitos locais públicos.

O convívio social de Azaleia e Bromélia revela como as relações sáficas, especialmente quando atravessadas pela diferença etária acentuada, se tornam alvo de uma vigilância contínua e difusa. Os espaços de sociabilidade (o trabalho, as amizades, os comentários de conhecidos) são também territórios de controle, onde o olhar do outro busca interpretar, classificar e, muitas vezes, deslegitimar o vínculo afetivo entre mulheres.

Azaleia descreve que o ambiente profissional se apresenta como o principal espaço de desconforto e exposição, afirmando que: “Agora no trabalho eu tenho um pouco mais de dificuldade (...) eu trabalhando só com homem, só com cara que não tem noção do que é respeito (...). Por exemplo, eu não gosto que ela me acompanhe no meu trabalho, porque eu acho que é, vai falar que é da natureza do homem, não,

eu acho que é da safadeza do homem, não respeitar, não ter limite, não saber onde acaba a liberdade dele.”

O discurso de Azaleia evidencia como o corpo feminino ao ocupar um espaço tradicionalmente masculino é submetido à formas sutis de sexualização e desrespeito. Foucault (1979) observa que o poder moderno não se exerce apenas por proibições explícitas, mas por uma série de microdispositivos que produzem comportamentos e regulam condutas. Nesse contexto, o trabalho de Azaleia é atravessado por essa rede de micropoderes, onde o olhar masculino normativo busca reafirmar fronteiras de gênero e sexualidade.

A vigilância social, como uma presença difusa do olhar, é o que Foucault (1987) chamaria de panoptismo social, um tipo de vigilância que se internaliza e produz o autocontrole: “Prefiro que ela não vá”, diz Azaleia, internalizando o medo de ser observada e julgada. O silêncio e o afastamento tornam-se, nesse sentido, estratégias de resistência e autopreservação diante de normativas que insistem em classificar a relação como inadequada.

Bromélia também descreve os efeitos dessa vigilância, ainda que em espaços mais informais: “Quando eu conheci a Azaleia, (...) o meu chefe que chegou a conhecer ela, que ele também era meu amigo. Ele achou normal, assim, mas teve gente que ficou... achou a diferença de idade muito grande, né? Ficou olhando meio esquisito. Mas eu não liguei muito, não.”

“A família da Azaleia me acolheu, mas sempre teve aquela piadinha, né? ‘Ai, novinha’, alguma coisa assim. E isso daí, infelizmente, sempre vai ter, né? O povo não aceita muito. O povo acha que, às vezes, é por interesse, não entende que, mesmo tendo a diferença de idade, a gente gosta da pessoa.”

O riso, o comentário e o julgamento disfarçado de curiosidade funcionam como instrumentos de correção, que visam reinscrever o sujeito dentro das fronteiras da heteronormatividade.

Eixo 3 – Resistência, cuidado de si e o amor como prática ética da liberdade

Ao abordar as conjugalidades entre mulheres com diferença etária sob a perspectiva foucaultiana, torna-se possível compreender o amor não apenas como experiência privada, mas como prática ética e política. Para Foucault (2009), a ética diz respeito às formas pelas quais o sujeito se constitui a partir da relação consigo e com o outro, exercendo liberdade dentro das condições de poder que o atravessam. Amar, nesse contexto, pode ser compreendido como uma prática de si, isto é, um exercício contínuo de autoconhecimento, resistência e cuidado que desafia os discursos normativos sobre gênero, desejo e envelhecimento.

Ao viverem suas relações fora dos parâmetros heteronormativos e geracionais considerados normais, essas mulheres produzem formas alternativas de existência e reinventam as possibilidades do amor como espaço de criação. Louro (2018) denomina esse movimento de pedagogias da dissidência, nas quais o viver e o amar se tornam gestos pedagógicos e políticos, capazes de ensinar outras formas de ser. Assim, a resistência que emerge nas histórias dessas mulheres não se expressa apenas em rupturas explícitas com a norma, mas em micropráticas de cuidado, diálogo e permanência, pelas quais o amor se transforma em exercício ético de liberdade.

Nas trajetórias de Violeta e Jasmim, o amor surge como um espaço de resistência e reconstrução subjetiva. Frente ao olhar disciplinador da família e da sociedade, elas constroem um modo de existência que desafia os regimes de verdade que definem quem pode amar e sob quais condições. Em suas falas, o amor aparece não apenas como vínculo afetivo, mas como prática ética da liberdade (Foucault, 1988), uma forma de se constituírem como sujeitos diante do poder que as tenta reduzir à culpa e ao silêncio.

Violeta, ao refletir sobre sua vida antes de se assumir, reconhece o peso das normas religiosas e sociais: “Eu chorava, achando que era muito errado e que não queria [...] se eu fosse lá [numa boate GLS], iam ter certeza. Pensariam: ‘a Violeta

tá indo na [boate GLS], sabia!"". Esse trecho mostra a força do controle moral que transforma o simples ato de estar em um espaço LGBTQIAPN+ em marca de desvio. Foucault (1979) descreve esse mecanismo como parte do dispositivo da sexualidade: não é necessário um castigo explícito, basta o olhar social para induzir vergonha e autocensura.

Ainda sobre a entrevista com Violeta, a mesma reconhece esse processo e afirma a mudança vivenciada com o tempo e a terapia: "Com a maturidade, eu fui me desprendendo um pouco mais desse valor que eu dava pro que as pessoas pensavam de mim [...] comecei a me libertar desse medo, dessa culpa.". Essa passagem revela um movimento de cuidado de si, entendido em Foucault (2009) como o esforço de autotransformação mediante reflexão e prática ética. O cuidado de si aqui é um gesto político: libertar-se da culpa religiosa e da vigilância social para poder amar outra mulher.

Ao mesmo tempo, Violeta reinscreve o amor como aprendizado e descoberta. "Com a Jasmim eu aprendi a falar eu te amo [...] nunca verbalizei isso, nunca fui de falar. [...] Uma das coisas que ela tá me ensinando é amar, ela tá me ensinando também a me valorizar mais.". Amar, nesse contexto, é resistir à lógica que a ensinou a calar — primeiro sobre o desejo, depois sobre o afeto. Jasmim, por sua vez, vê na relação uma força que lhe devolve autonomia: "Eu

não queria deixar minha mãe impedir isso, sabe? Eu queria viver essa história. E eu decidi mudar pra cá.”. Seu ato de sair de casa e ir viver com Violeta é uma ruptura simbólica e concreta com a norma familiar, gesto que se aproxima daquilo que Foucault (2009) chama de ética da liberdade, um exercício ativo de se constituir como sujeito de sua própria conduta, mesmo em meio a riscos e resistências.

No convívio cotidiano, ambas elaboram o amor como prática reflexiva e transformadora. Violeta diz: “Eu tô aprendendo a não me deixar ser humilhada, ser menos-prezada só por conta da carência [...] ela se dói por mim e vê situações que eu via, mas eu não queria ver.”

Nesse sentido, o amor não é mero refúgio, mas um espaço de produção de novas formas de subjetividade, em que se aprende a se cuidar e a cuidar da outra fora dos roteiros normativos do feminino (Louro, 2018). O aprendizado mútuo, descrito nas entrevistas, mostra que resistir não é apenas enfrentar o preconceito, mas reconstruir internamente o modo de se relacionar consigo e com o outro.

A relação entre ambas se configura como espaço de cuidado mútuo e reinvenção de si diante dos discursos normativos que atravessam gênero, sexualidade e tempo de vida. Tal perspectiva se alinha à concepção foucaultiana segundo a qual a liberdade não é ausência de poder,

mas modo de agir sobre si dentro das relações de poder (Foucault, 1988).

Nas narrativas das participantes, o amor se constrói como aprendizado, reciprocidade e transformação. Íris afirma: “Hoje eu digo que eu aprendi a ser uma pessoa mais calma, mais humana mesmo. Antes eu era muito bruta, muito dura comigo mesma e com os outros. Com ela eu aprendi a conversar, a entender o tempo do outro.”

Gardênia também reconhece o relacionamento como um processo de amadurecimento pessoal: “Eu cresci muito nesse relacionamento. Eu aprendi a lidar com o tempo, com as diferenças, e a não tentar mudar o outro. A gente se ajusta com respeito.”

O reconhecimento das “diferenças” e a escolha pelo “respeito” revelam o deslocamento do poder disciplinar para uma ética relacional. O amor, nesse sentido, não é espaço de submissão ou de hierarquia, mas de negociação e de escuta e a diferença etária, em vez de barreira, torna-se elemento de enriquecimento e de transformação mútua.

Nas falas de Magnólia, observa-se um processo de reconstrução de si por meio da relação com Tulipa. Ela afirma que antes “não podia demonstrar nada” e que vivia o amor como “um segredo” por ter sido criada em um tempo onde “as coisas eram mais complicadas”, mas,

com a parceira, aprendeu que “a gente pode demonstrar, pode falar, que está tudo bem andar de mão dada na rua, dar selinho.” Essa passagem expressa um deslocamento subjetivo: o corpo que antes se retraía sob o olhar normativo agora se permite o gesto público do afeto. Em termos foucaultianos, trata-se de uma forma de resistência às tecnologias de poder que historicamente produziram o silêncio e a vergonha como dispositivos de regulação da sexualidade.

Tulipa, por sua vez, fala sobre ter aprendido “a confiar mais na situação” e a “ter mais paciência”, reconhecendo em Magnólia a capacidade de manter a serenidade diante das adversidades, relatando que antes agia de modo impulsivo, mas passou a reconhecer o valor do tempo e da escuta, deslocando-se de um modo de ser reativo para um modo reflexivo. Ao “desobedecerem” o mandato heteronormativo e afirmarem o direito ao gesto público de afeto e à fala sobre o próprio desejo, Tulipa e Magnólia se inscrevem em um campo ético que transforma o cotidiano em espaço político.

As falas de Azaleia e Bromélia revelam que o amor entre elas é atravessado por processos de aprendizado, cuidado e reconstrução subjetiva. Em um cenário em que o julgamento familiar e social se faz presente, o relacionamento se configura como espaço de resistência e de criação de novas formas de ser. Dessa maneira, a liberdade não é uma condição anterior

ao poder, mas o modo pelo qual o sujeito age sobre si mesmo e transforma sua própria existência; é exatamente esse movimento que se percebe nas falas das participantes.

Considerações finais

A pesquisa evidenciou que os discursos acerca das relações afetivo-sexuais entre mulheres com significativa diferença de idade operam como dispositivos de poder que buscam normatizar condutas e expectativas. Amigos, familiares e a sociedade em geral frequentemente reproduzem narrativas heteronormativas e preconceitos etários, tentando enquadrar essa forma de conjugalidade dentro de parâmetros convencionais. Em resposta, os casais participantes acionam práticas de resistência e reinvenção subjetiva ao viverem essas relações de forma autêntica, afirmando suas identidades e redefinindo a experiência conjugal fora das normas hegemônicas. Ao desafiar os discursos dominantes sobre gênero, sexualidade e idade, essas parceiras ressignificam seus modos de existir em conjunto.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta limites relacionados ao alcance e ao método. O número reduzido de casais entrevistados (quatro no total) e os marcadores territoriais e de classe social limitam a generalização dos achados. Além disso, o uso de amostragem do tipo bola de

neve pode ter introduzido viés de seleção, restringindo a diversidade de perfis das participantes.

No âmbito acadêmico, a investigação aprofunda os estudos de gênero, sexualidade e subjetivação ao iluminar dinâmicas pouco exploradas nas relações afetivo-sexuais entre mulheres com diferenças etárias acentuadas; social e politicamente, confere visibilidade às conjugalidades sáficas, questionando normas vigentes e ampliando o reconhecimento da diversidade de arranjos afetivos; metodologicamente, a aplicação da análise do discurso foucaultiana às entrevistas evidencia a fecundidade dessa abordagem para examinar a relação entre poder e subjetividade nas narrativas pessoais. A pesquisa reafirma a importância de reconhecer a pluralidade de experiências conjugais e as múltiplas estratégias de resistência presentes no tecido social, evidenciando a necessidade de aprofundar perspectivas críticas que deem visibilidade a essas vivências.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Reconhecimento da união homoafetiva**. ADI 4.277 e ADPF 132, Relator(a): Min. Ayres Britto, 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 22 dez 2025

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>. Acesso em: 17 nov 2022

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso ministrado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.**

Petrópolis: Vozes, 1987.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do gênero. In: HOLLANDA,

Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO,

Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:**

pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Maria Vitória Martins da; AZEVEDO, Ana Karolina

Santos de. Envelhecimento de mulheres lésbicas no Brasil: uma

revisão integrativa. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de**

Humanidades, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 194-209, 2025. Disponível

em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/5271>. Acesso em: 02 dez 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa

qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n.

44, p. 203-220, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

Acesso em: 02 dez 2025.